



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Ocupação, precariedade e direito à cidade: um estudo acerca da Comunidade Nossa Senhora do Carmo em Benevides – PA**

**Fernanda Galvão Botelho**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) - fernandagalvao0013@gmail.com

**Willame de Oliveira Ribeiro**

Professor Adjunto do curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – willame@uepa.br

### **Sessão Temática 05: Direito à cidade e habitação no Brasil**

---

*Resumo. O município de Benevides apresenta em seu eixo de expansão uma crescente substituição de áreas verdes por ocupações precárias que transformam o espaço e as dinâmicas sociais e econômicas, principalmente dos agentes sociais precariamente incluídos que estão inseridos nesse processo. Estes que moldam o espaço urbano a partir do momento em que produzem seu local de moradia por meio de assentamentos precários, como no caso da comunidade Nossa Senhora do Carmo, localizada em Benevides, locus de análise desta pesquisa. O objetivo geral da investigação consistiu em analisar a dinâmica socioespacial da ocupação Nossa Senhora do Carmo e a situação dos moradores em relação ao direito à cidade. Quanto aos procedimentos metodológicos, usufruiu-se de um viés qualitativo nas análises dos materiais obtidos, utilizando-se de levantamentos bibliográficos e de trabalhos de campo. Como resultados, ressalta-se a expressiva ausência de infraestruturas e serviços necessários à qualidade de vida dos habitantes, sem, no entanto, anular as percepções dos moradores com relação aos avanços obtidos com o acesso à moradia.*

*Palavras-chave: Espaço Urbano; Assentamentos Precários; Habitações; Direito à Cidade.*

### **Occupation, precariousness and right to the city: a study about the community Nossa Senhora do Carmo in Benevides - PA**

---

**Abstract.** *The county's Benevides presents in its expansion axis a growing replacement of green areas for precarious occupations that transform the space and the social and economic dynamics, especially of the precariously included social agents who are inserted in this process. These agents shape the urban space from the moment they produce their dwelling place for means of precarious settlements, as in the case of the community's Nossa Senhora do Carmo, located in Benevides, locus of analysis of this research. The general objective of the investigation was to analyze the socio-spatial dynamics of the occupation's Nossa Senhora do Carmo and the situation of the residents in relation to the right to the city. As for the methodological procedures, a qualitative bias was used in the analysis materials obtained, using bibliographic and field work surveys. As results, highlight the significant absence of infrastructure and services necessary for residents quality life, without, however, annulling the perceptions of the residents regarding the advances obtained with the access to housing.*

*Keywords Urban Space; Precarious settlement; Habitations; Right to the city.*

## Ocupación, precariedad y derecho a la ciudad: un estudio sobre la comunidad Nossa Senhora do Carmo en Benevides – PA

**Resumen.** El municipio de Benevides presenta en su eje de expansión una sustitución creciente de áreas verdes por ocupaciones precarias que transformaron el espacio y las dinámicas sociales y económicas, principalmente de los agentes sociales que se incluyen precariamente en este proceso. Estos que configuran el espacio urbano desde el momento en que producen su lugar de residencia a través de asentamientos precarios, como es el caso de la comunidad Nossa Senhora do Carmo, ubicada en el municipio de Benevides, locus de análisis de esta investigación. El objetivo general de la investigación fue analizar la dinámica socioespacial de la ocupación de Nossa Senhora do Carmo y la situación de los habitantes en relación al derecho a la ciudad. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se utilizó un sesgo cualitativo en el análisis de los materiales obtenidos, utilizando levantamientos bibliográficos y trabajo de campo. Como resultado, se destaca una importante carencia de infraestructura y servicios necesarios para la calidad de vida de los habitantes, sin que por ello se anule la percepción de los residentes en relación a los avances obtenidos con el acceso a la vivienda.

*Palabras clave:* Espacio Urbano; Asentamientos Precarios; Viviendas; Derecho a la Ciudad.

### 1. Introdução

As desigualdades no espaço urbano fazem parte das características da cidade capitalista, que se configura pela mutabilidade complexa e fragmentação articulada das partes que a compõem (CORRÊA, 1989). A mutabilidade informa que o espaço urbano não é fechado e pronto, a urbanização e seus fluxos expandem-se, a partir do centro, para novas áreas de menor densidade urbana.

A produção do espaço urbano também não é um processo fechado, uma vez que está inserida na dinâmica capitalista atual. Essa produção não deve ser recebida como uma simples produção de objetos e mercadorias, mas sim, uma produção da sociedade sobre ela mesma, em razão de que “se há uma produção da cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos” (LEFEBVRE, 2001, p.52).

O dinamismo que produz o espaço urbano é possível apenas pela ação dos agentes produtores do espaço urbano. Os processos sociais e os agentes sociais são inseparáveis, pois se conectam como fundamentais para o movimento da sociedade (CORRÊA, 1989). No contexto dos agentes produtores do espaço urbano, segundo Corrêa (1989), são reconhecidos cinco tipos: a) proprietários dos meios de produção; b) proprietários fundiários; c) promotores imobiliários; d) Estado; e) os grupos sociais excluídos.

Os grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos na produção do espaço urbano, são agentes que não possuem a escolha do habitar e, muitas vezes, possuem como alternativas para morar apenas as favelas, ou ocupações, como aqui se prefere denominar (CORRÊA, 1989). Na verdade, é justamente dessa maneira que esse grupo participa da produção do espaço urbano.

As favelas, que podem ser caracterizadas como assentamentos precários, acabam sendo as “soluções” encontradas para o habitar das classes mais pobres. Caracterizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como “aglomerados subnormais”, o Brasil conta com mais de 5 milhões de ocupações, registradas, por todo o país (SILVEIRA, 2020), sendo assim, cenários de ocupação não são estranhos à sociedade, eles estão lá, mas são vistos com temor, indiferença e preconceito.

As habitações precárias são, muitas vezes, características evidentes no processo, principalmente em sua fase inicial, de formação de favelas ou ocupações irregulares. Segundo Heidrich et. al (2016, p. 230), “por ocupação irregular compreendemos a apropriação de parcela do solo urbano para constituir moradia de maneira informal, quer dizer, sem a intermediação regular do mercado de imóveis ou programas habitacionais”.

Partindo desses pressupostos, a área delimitada como foco desta análise é a ocupação Nossa Senhora do Carmo, localizada no bairro Centro, em Benevides, no eixo da PA- 406 que liga o centro urbano à rodovia BR-316. A ocupação recebe esse nome devido à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, e do evento popular de maior expressão do município que é a festa de Nossa Senhora do Carmo, comemorada com arraial e procissão do Círio (FAPESPA, 2016).

A comunidade Nossa Senhora do Carmo, apesar de estar localizada no bairro Centro, integra a zona intermediária do município, entre a zona central e a zona de expansão, tipologias estas definidas pelo Plano Diretor Municipal de 2006 (BENEVIDES, 2006).

A comunidade Nossa Senhora do Carmo esta inserida em uma área que compreende as características de definição da zona intermediária do município, de acordo com o Art. 22 do Plano Diretor (BENEVIDES, 2006), como uma zona que “[...] se caracteriza pelo uso predominantemente residencial, ocupação e arruamentos claramente definidos, seja espontaneamente ou promovidos pelos setores público ou privado”.

A comunidade Nossa Senhora do Carmo pertence às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), mais especificamente as ZEIS 1, referentes, segundo o Plano Diretor Municipal, a ocupações informais criadas para fins habitacionais em sítios urbanos, em terrenos públicos ou particulares. As ZEIS 1 possuem objetivos concernentes à urbanização e à regularização fundiária, que beneficiariam as comunidades presentes nessas áreas.

A problemática da pesquisa está expressa nas questões que se seguem: como se caracteriza a dinâmica socioespacial da ocupação Nossa Senhora do Carmo em Benevides e a situação dos moradores em relação ao direito à cidade? Como se deu o processo de ocupação e quais agentes estiveram envolvidos? Quais as características das infraestruturas locais e dos serviços prestados aos habitantes dessa ocupação? Como se dá a inserção dos moradores da ocupação na cidade?

Em coerência com essa problemática, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a dinâmica socioespacial da ocupação Nossa Senhora do Carmo, em Benevides, e a situação dos moradores em relação ao direito à cidade. Os objetivos específicos são: identificar as características do processo de ocupação e os agentes envolvidos; analisar as condições das infraestruturas locais e dos serviços prestados aos habitantes da ocupação; e entender a forma de inserção dos moradores da ocupação na cidade.

A pesquisa envolveu, de forma predominante, procedimentos de cunho qualitativo. Essa escolha se deu pelo fato de que “a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se ocupa dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2016, p. 20), o que se evidenciou como coerente com as pretensões da investigação.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os que se seguem:

- a) Levantamento bibliográfico acerca das principais teorias e conceitos que nortearam a pesquisa, com destaque a Santos (2008), Corrêa (1989), Carlos (2011), Cardoso (2016), Heidrich, et al (2016), Lefebvre (2001) e Carlos, et al (2017);
- b) Pesquisa exploratória de campo, voltado à comunidade Nossa Senhora do Carmo, onde se buscou pressupostos, através da observação, para a organização de técnicas necessárias para os demais trabalho de campo;
- c) Trabalhos de campo com realização de entrevistas, nos quais foram feitos registros fotográficos e coleta de informações através de entrevistas com os moradores da ocupação. A entrevista se configurou como semiestruturada, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (MINAYO, 2016, p. 59).

Um roteiro de entrevista composto por quinze questões direcionadas somente aos habitantes da comunidade Nossa Senhora do Carmo e um roteiro secundário, com doze questões, direcionado ao líder da comunidade. O total foi de vinte entrevistas semiestruturadas com moradores e uma com o líder comunitário. Todas as falas foram registradas em caderno de campo e gravadas. Em seguida, transcritas e analisadas.

Este artigo está dividido em três sessões. Inicialmente, na primeira sessão, trata-se da análise teórico-metodológica realizada a partir dos principais conceitos e obras de autores que contribuíram para o norteamento a pesquisa, necessários para a formação da compreensão acerca da produção do espaço urbano, dos assentamentos precários e do direito que os indivíduos possuem em relação à cidade. Na segunda sessão, aborda-se especificamente o município de Benevides, onde está localizada a comunidade de interesse da pesquisa. Na terceira sessão, o foco está nos resultados dos estudos realizados na ocupação Nossa Senhora do Carmo, com destaque a todos os levantamentos da pesquisa de campo.

## **2. Produção do espaço urbano, assentamentos precários e direito à cidade**

O espaço, como categoria geográfica, corresponde à mutualidade de dois componentes que interagem constantemente. Um conjunto de variáveis econômicas, culturais e políticas que se realizam sobre configurações territoriais dadas a partir de arranjos sobre o território, como elementos naturais e artificiais utilizados como base para a produção (SANTOS, 2008). A dinâmica social atribui determinada significação à configuração territorial.

O espaço resultado dos componentes mencionados, ou espaço total, possui, em sua composição, uma série de subespaços que podem variar para áreas agrícolas, áreas urbanas, mineradoras, entre outros (SANTOS, 2008). Entretanto, os subespaços que se configuram de condições suficientes para a troca de relações com outros subespaços, são os espaços urbanos, uma vez que são nessas áreas onde se concentram as infraestruturas de informações e da economia (SANTOS, 2008).

É possível assimilar que assim como o espaço “total” possui seus subespaços específicos, o próprio espaço urbano é feito de relações entre partes, e pode ser admitido como um espaço fragmentado e articulado. O espaço urbano atual consiste num espaço capitalista, é um produto social composto por

diferentes usos da terra. Cada espaço pode ser visto como uma forma espacial não autônoma, pois nela são realizadas atividades que movimentam a sociedade. Há os fluxos de pessoas e de mercadorias, que demandam funções urbanas materializadas nas formas espaciais (CORRÊA, 1989).

Para Carlos, a produção deste espaço urbano segue uma via dupla:

[...] a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si - assim ele se produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (como possibilidade de realização do negativo). (CARLOS, 2011, p. 56)

O espaço produzido também é cenário e objeto de lutas sociais, pois é onde se visa o direito à cidade. “Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.” (CORRÊA, 1989, p. 9).

A noção de produção do espaço, do ponto de vista do reflexo social, é na verdade a produção do homem, como já mencionado, uma vez que esse espaço guarda o dinamismo das necessidades e desejos da reprodução da sociedade. Lefebvre (2001, p. 52) aborta essa linha da seguinte forma, “se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. Esse ponto é analisado por Carlos:

Penso que, do ponto de vista da Geografia, poderíamos afirmar que a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta ainda para o movimento da reprodução e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade mais ampla, que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que muda os termos da análise espacial. Assim, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais *latu sensu* – o que ocorre em determinado tempo e lugar, em escalas variáveis. (CARLOS, 2011, p. 62)

A partir dessa linha de pensamento, é perceptível que a produção do espaço não se trata apenas de aspectos e atividades exclusivamente materiais. Os desejos humanos também se configuram em interesses contraditórios entre as classes sociais que podem vir a gerar a reprodução desse espaço. Para Carlos (2011), a partir desta determinação, esses interesses possuem condições de existência, a existência de classes sociais específicas e contraditórias, que, por necessidades diversas, enfrentam-se, “[...] tendo o processo de valorização como finalidade última e necessária da acumulação” (CARLOS, 2011, p. 56).

Apesar de tudo isso, a produção do espaço não pode ser vista como fruto do mercado, algo muito pouco palpável, mas sim como “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias, e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43).

Corrêa (1989) sinaliza a existência de cinco agentes produtores do espaço urbano: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos.

Inicialmente, o que se insere, mais diretamente, nos interesses desta pesquisa são os grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos no processo de produção do espaço urbano. Esses grupos possuem a posição mais baixa na hierarquia de classes. De acordo com Carlos “[...] o espaço se produz, produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade (uma sociedade hierarquizada em classes)”(CARLOS, 2011, p. 68).

A condição dos grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos, como aqui se prefere, enquanto agentes produtores do espaço urbano, está diretamente associada à moradia, mas não a qualquer tipo ou em qualquer condição. Corrêa (1989, p. 29-30) esclarece que esses grupos “[...] têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços [...], a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela”. Todavia, apenas na produção deste último tipo de moradia precária eles, de fato, atuam como agentes, isto é, protagonizando a ação de produção do espaço. Para o autor “é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço”(CORRÊA, 1989, p. 30).

Neste caso, a produção do espaço urbano é, antes de tudo, uma forma de resistência e ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Grupos precariamente incluídos, na verdade, são grupos que lutam pelo direito à cidade. Em geral, não possuem vias formais ao direito de habitar e ao consumo das infraestruturas urbanas, mesmo em alguns casos, quando esses direitos são adquiridos, vêm de forma insuficiente. Essa população em grande maioria reside em favelas e outros tipos de assentamentos precários.

Os assentamentos precários “apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc.”(CARDOSO, 2016, p. 35). Cada denominação configura uma forma específica de processo de produção destes assentamentos. Para maior especificidade, serão consideradas aqui as características atribuídas às favelas que “[...] correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia desordenada e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação” (CARDOSO, 2016, p. 36).

Para grupos de rendas inferiores, habitar a periferia e a favela, frequentemente, não é uma opção, mas sim uma forma de sobrevivência. Alves (2011) realça que

[...] as ocupações periféricas de baixa renda já são uma forma de segregação socioespacial. Além de, com frequência, ficar prisioneira nesse espaço, impossibilitada de locomover-se e acessar as possibilidades existentes na metrópole, por falta de recursos para circulação, associada muitas vezes à falta de capacitação profissional, a essa população ainda é imputada a culpabilidade por todo tipo de problemas urbanos existentes no local: ocupação irregular, violência urbana, degradação do meio ambiente, por exemplo. (ALVES, 2011, p. 116).

As condições socioespaciais das ocupações são características de uma área que sofre com a desigualdade da produção do espaço urbano e com a segregação imposta aos grupos subalternos. Vale ressaltar que a segregação não necessariamente faz alusão a áreas localizadas distante do centro urbano, mas sim, a distância da vida urbana.

A segregação deve ser compreendida a partir de seus três aspectos, “ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) - voluntário (estabelecendo espaços separados) - programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 2001, p. 97). A classe social, vítima da segregação, priva-se da vida urbana, uma vez que o homem não possui apenas a necessidade de consumir produtos e espaços, mas de simbolismo e de uma atividade criadora (LEFEBVRE, 2001).

Na luta pelo direito à vida, encontra-se o direito à cidade. Para Lefebvre, esse direito “[...] se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Já para Rodrigues, “a construção da utopia do direito à cidade tem como meta transformar o espaço segregado, em um espaço em que diminua a opressão, exploração e espoliação, o preconceito de raça, classe, etnia, gênero”(RODRIGUES, 2007, p.87). Nessa linha, Carlos (2017, p. 56) enfatiza o modo como “as lutas pelo “direito à cidade”, [...] se realizam como direito à vida urbana, revalorizando assim o sentido da produção espaço urbano como criação do homem e colocando fim às cisões e às alienações vividas; e, logo, como crítica radical do cotidiano”.

No próximo tópico, faz-se uma contextualização de Benevides, traçando-se o perfil econômico e populacional que compõe o município lócus da pesquisa, onde se situa a comunidade Nossa Senhora do Carmo, foco dessa análise.

### **3. O município de Benevides e suas dinâmicas urbanas**

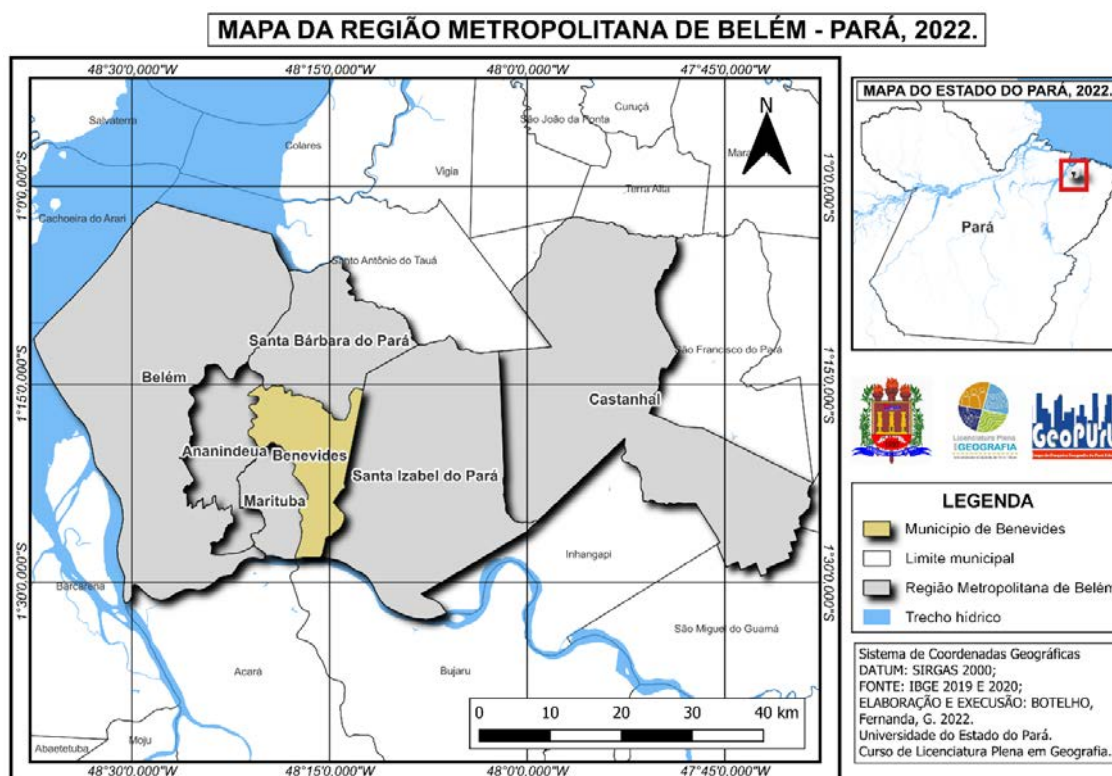
A malha ferroviária local, que consistia na Estrada de Ferro de Bragança - EFB, em funcionamento entre o final do século XIX e os anos 1960 do século XX, desempenhou papel crucial na formação do território de Benevides (SOUZA, et al. 2014). A EFB surgiu como uma solução mais econômica para o escoamento de produtos alimentícios das colônias para a capital, que antes era feito por meio dos portos, no caso de Benevides, pelo porto de Benfica.

Depois de contribuir com o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias, a rede ferroviária foi substituída pela rede de rodovias, que passou a ser o principal meio para o escoamento da produção para outros municípios, o que permitiu também a instalação de novas infraestruturas (SOUZA et. al, 2014).

O município de Benevides alcançou sua emancipação no ano de 1961, a partir daí grandes transformações moldaram a área municipal, esta que mistura os traços agrários e elementos presentes nos espaços, até então, considerados centros urbanos. O município recebeu o interesse dos loteamentos comerciais através da doação de lotes para aqueles tivessem o interesse de construir comércio em Benevides, ação que logo incorporou os futuros moradores.

Atualmente, o município de Benevides está integrado à Região Metropolitana de Belém, possui uma área de 187,826 km<sup>2</sup>, de acordo com o IBGE (2021), e compreende uma população estimada de 64.780 habitantes. Na figura 1, é possível identificar o contexto da atual localização do município e seus limites geográficos.





**Figura 1.** Mapa de Benevides - Pará. Localização. (fonte: a autora, 2022.)

A população de Benevides se encontra bem dividida entre as áreas rurais e urbanas, com 56%, pelo censo demográfico 2010 (IBGE, 2010) em áreas consideradas urbanas e 44% em espaços caracterizados como rurais. O município conta ainda com uma densidade demográfica de 274,99 habitantes por km<sup>2</sup>, bastante elevada para os padrões do Estado do Pará (tabela 1).

**Tabela 1.** Benevides. Perfil populacional e extensão territorial do município. (fonte: IBGE, 2010)

Área total	187.826 km <sup>2</sup>
População total	51.651 habitantes
População urbana	28.912 habitantes
População rural	22.739 habitantes
Densidade demográfica	274,99 hab/km <sup>2</sup>

No que se refere à renda da população benevidense, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era, em 2020, de 1,9 salários mínimos, com 42,5% da população, em 2010, com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo (IBGE, 2022).

Em 2019, Benevides apresentou um Produto Interno Bruto a preços correntes de R\$ 1.560.562.260,00, com destaque para os serviços e para a indústria, como pode ser observado na tabela 2.



**Tabela 2.** Benevides. Produto Interno Bruto – PIB a preços correntes. (fonte: IBGE, 2019)

<b>Atividades Econômicas / PIB</b>	<b>Valores (x 1000) R\$</b>
Agropecuária	3.674,95
Indústria	413.686,39
Serviços	585.109,14
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	243.994,12
PIB a preços correntes	1.560.562,26

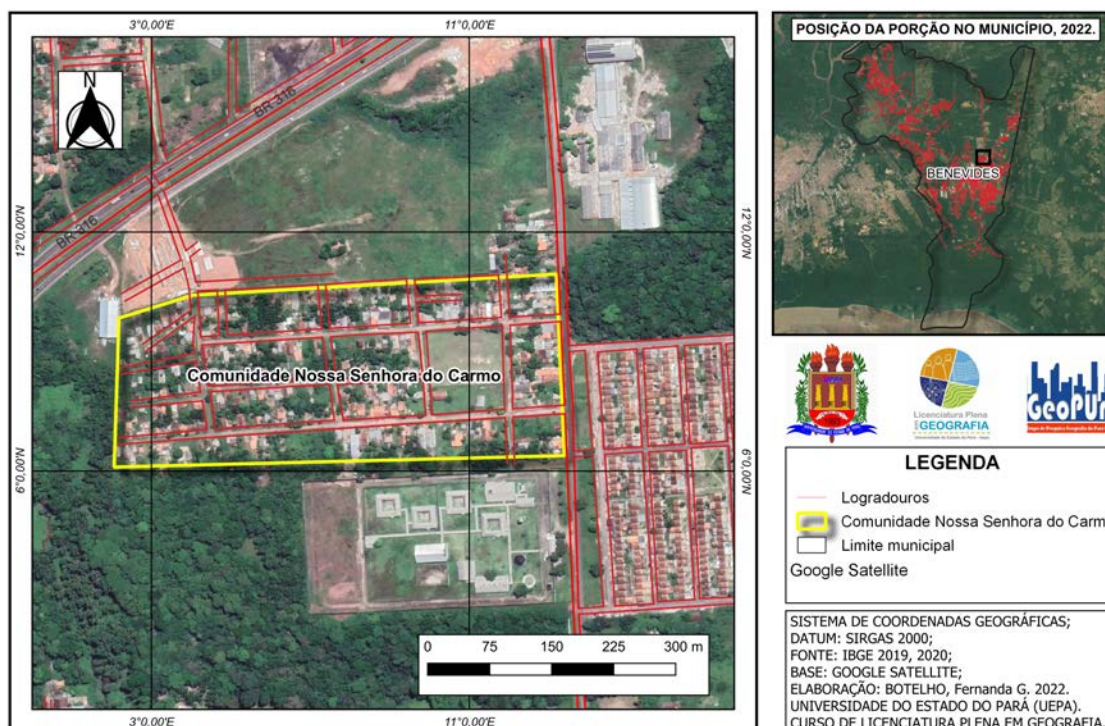
Benevides conta com um núcleo urbano pouco denso e complexo. Dadas suas configurações territoriais, o município apresenta uma malha urbana pré-definida com a característica de ruas largas e regulares. Os loteamentos residenciais são de fácil acesso, pois estão aproximados ao centro urbano. De acordo com o Plano Diretor Municipal (BENEVIDES, 2006), as áreas residenciais, ocupações e arruamentos são divididos por ZEIS e zonas de expansão definidas como zonas urbanas, zonas intermediárias e zonas de expansão.

A expansão da cidade recebe destaque para o eixo da PA- 406, que liga o centro urbano à BR-316, onde está localizado a COHAB – Companhia de Habitação do Município. As áreas, com maior extensão, compostas de ocupações precárias, estão localizadas a partir desse eixo. A ocupação mais próxima do centro urbano é a ocupação Nossa Senhora do Carmo, lócus desta pesquisa e que será tratada no tópico seguinte.

#### **4. A dinâmica socioespacial da ocupação Nossa Senhora do Carmo**

A comunidade Nossa Senhora do Carmo está na porção leste do município de Benevides, próximo ao popularmente chamado “Trevo de Mosqueiro”, bem como à rodovia BR-316, no km 24. A figura 2 contextualiza a comunidade e o espaço no seu entorno.

## CARTA IMAGEM DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO - BENEVIDES, 2022.



**Figura 2.** Localização da comunidade Nossa Senhora do Carmo (fonte: a autora, 2022)

A ocupação, desde seu processo de formação e consolidação, que data do ano de 2006, compõe o bairro Centro de Benevides, no eixo da PA-406, do mesmo modo que o conjunto habitacional Jardim dos Juritis. Nela habitam, de acordo com o líder local em entrevista concedida, aproximadamente 360 famílias, porém, o total de lotes com ou sem residências é de 580, sendo que vários desses lotes pertencem a uma mesma família.

O processo de ocupação se deu por meio do movimento de luta por moradia, que acompanha terras devolutas pertencentes à União e que se encontram em estado de ociosidade. De acordo com o líder comunitário, esse movimento não possui sede, nem registro como uma associação, porém a maioria das reuniões acontece no município de Belém, onde são feitos mapeamentos de áreas e o planejamento para os acampamentos e para o início de novas ocupações.

A maioria dos entrevistados migrou dos municípios de Belém e Marituba em busca de um dos lotes na comunidade. Dentre os municípios citados pelos entrevistados, está Ananindeua, Santa Isabel do Pará, Capitão Poço e Vigia como apresentado na tabela 3. É perceptível ainda a influência do fluxo migratório advindo da Região Metropolitana de Belém. De acordo com Souza (2010), “esse resultado justifica também o fato de Belém e Ananindeua estarem saturadas, com um inchaço urbano considerável, dando margem a uma migração no sentido Belém - Santa-Isabel do Pará, passando por Benevides” (SOUZA, 2010, p. 101).

**Tabela 3.** Nossa Senhora do Carmo. Municípios de origem dos entrevistados e densidade habitacional (fonte: elaboração própria a partir do que foi coletado em campo, 2021)

MUNICÍPIOS DE ORIGEM	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Belém	7
Marituba	4
Ananindeua	3
Santa Izabel do Pará	3
Capitão Poço	2
Vigia	2

As residências possuem características típicas de assentamentos precários, que consistem em casebres de madeira com um ou dois cômodos, presentes em lotes pequenos inseridos em sistemas viários inadequados (figura 3). Cardoso (2016) aponta que nesses casos, o fator de maior precariedade consiste na densidade da unidade habitacional, ou seja, essas habitações apresentam um número de cômodos e uma área construída inadequada ao tamanho da família.



**Figura 3.** Nossa Senhora do Carmo. Perspectiva de uma rua da comunidade (fonte: a autora, 2021)

Esse perfil habitacional reflete, além de habitações características de assentamentos precários, o perfil socioeconômico dos habitantes. Com base no que foi obtido por meio das entrevistas, se tem como dado a prevalência de famílias sem empregos ou que exercem atividades no mercado informal. Dentre os entrevistados é perceptível a baixa escolaridade, uma vez que, como apresentado na tabela 4, a maioria possui apenas o ensino fundamental, seja

completo ou incompleto, e apenas dois dos vinte e um entrevistados cursam ou cursaram o ensino superior.

**Tabela 4.** Nossa Senhora do Carmo. Perfil da escolaridade e do emprego dos entrevistados. (fonte: elaboração própria a partir do que foi coletado em campo, 2021)

Escolaridade	Quantidade de entrevistados	Perfil de emprego	Quantidade de entrevistados
Ensino Fundamental (Completo ou Incompleto)	12	Desempregados	9
Ensino Médio (Completo ou Incompleto)	7	Empregados	7
Ensino Superior (Completo ou Incompleto)	2	Autônomos	5

A falta de qualificação profissional ou a baixa escolaridade, como mostra o quadro 4, agrava a dificuldade que esses moradores encontram no acesso a empregos fixos e a uma renda superior a um salário mínimo. A estratégia para sobrevivência desses grupos sociais se dá pela construção de suas próprias moradias, que estão inseridas em um contexto de infraestrutura precária. O acesso desses habitantes aos lotes se deve aos baixos preços, bem como ao fato de que muitos participaram do processo de ocupação.

Os grupos sociais precariamente incluídos tornam-se, efetivamente, produtores do espaço urbano em situações onde a resistência e a luta pela sobrevivência lhes dão como única opção a construção do próprio espaço, por meio da produção de moradia como resultado da ocupação de terras e das estratégias de autoconstrução (CORRÊA, 1989).

Os lotes dos atuais moradores, em sua maioria, foram adquiridos por meio da compra junto aos primeiros ocupantes que lotearam a área. Entre os resultados desse processo está o fato, como mencionado, de vários lotes pertencerem a uma mesma família e serem vendidos ou alugados para novas famílias ou para a abertura de novos pontos de comércio e igrejas. Na tabela 5, é possível compreender acerca do meio de aquisição de lotes dos entrevistados e se esses indivíduos possuem o registro emitido pelo cartório.

**Tabela 5.** Nossa Senhora do Carmo. Dos meios de aquisição do lote e da existência de declaração pelo cartório (fonte: elaboração própria a partir do que foi coletado em campo, 2021)

Meio de aquisição do lote	Quantidade de entrevistados	Existência de registro no cartório	Quantidade de entrevistados
Compra	10	Sim	11
Doação	4		
Ocupação	5	Não	10

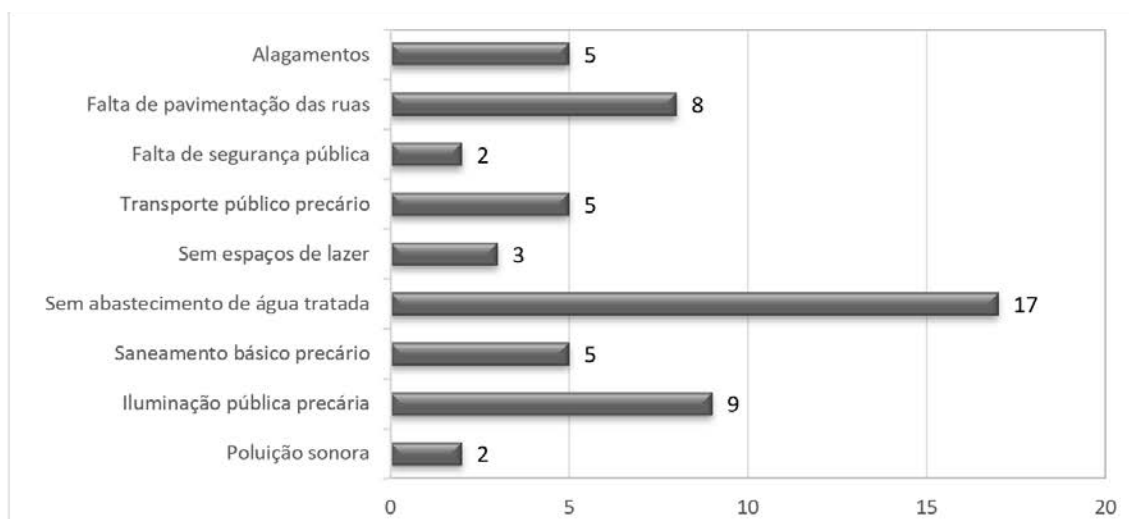
Aluguel	2		
---------	---	--	--

Mediante a entrevista, o líder local afirma que uma das principais pautas das reuniões feitas com os moradores consiste na exigência da regularização de posse, seja ela matrícula ou transcrição, para aqueles que possuem apenas a posse da terra. Como mostra o quadro 5, quase metade dos entrevistados não possui nenhum tipo de documento de propriedade. Essas pessoas são justamente aquelas que conseguiram o lote por meio de doações ou que participaram do processo de ocupação.

Além da irregularidade de propriedade, os problemas debatidos nas reuniões são os que as famílias mais enfrentam no dia-a-dia e que se configuram em diferentes graus de precariedade e/ou carência/vulnerabilidade. De acordo com Cardoso (2016)

A carência social é definida pela existência ou predominância de grupos sociais caracterizados pelas suas posições inferiores na hierarquia social, em termos de renda, escolaridade e possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Vulnerabilidade social é caracterizada pela existência ou predominância de grupos sociais com dificuldades de acesso a recursos que os habilitem a participar ativamente da sociedade. (CARDOSO, 2016, p. 47)

Entre os atributos espaciais de fácil observação na comunidade estão: a falta de pavimentação e organização do arruamento; e a ausência de vias para a drenagem de água proveniente da precipitação pluviométrica, que se configura num dos principais problemas citados pelos entrevistados, no cotidiano da ocupação (figura 4). Esses elementos que tecem a paisagem da ocupação encaixam-se nas definições dos assentamentos precários, segundo a definição de Cardoso (2016), que cita a ocupação do solo de forma irregular, desornamento e padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação.



**Figura 4.** Gráfico dos principais problemas da comunidade de acordo com os moradores entrevistados (fonte: elaboração própria a partir do que foi coletado em campo, 2021)



Na figura 4, é possível perceber que os problemas enfrentados pelos habitantes da comunidade se dão, principalmente, pela precariedade ou até mesmo inexistência de serviços básicos. O abastecimento de água possui destaque neste contexto. Notou-se que grande parte dos residentes não possui água encanada, o que afeta não apenas a sua saúde e a qualidade de vida, mas também as dinâmicas da comunidade, uma vez que a água das residências onde há poços e encanamento é compartilhada entre vários vizinhos.

Segundo os moradores, os únicos serviços fixos que a comunidade recebe são as coletas de lixo regulares, que ocorrem três vezes na semana, e a roçagem das vias, apesar da reclamação quanto ao fato de o caminhão de lixo não passar por todas as ruas. A iluminação pública é feita apenas em ruas principais, porém com baixa regularidade. Em algumas ruas, os moradores realizam coletas para a compra de lâmpadas para os postes de energia, segundo relataram.

Apesar das adversidades vividas pelos habitantes da comunidade Nossa Senhora do Carmo, não se percebeu, entre os entrevistados, sentimentos de exclusão social perante o restante da cidade, muito como resultado da localização da comunidade.

Não me sinto excluído, nem isolado, porque aqui é o Centro da cidade. Essa estrada daí da frente é uma das principais daqui, é uma PA, por causa dela o tempo inteiro tem gente circulando por aqui, saindo e indo pro centro. Tem muita gente que mora mais longe e continua sendo de Benevides. Aqui é mais pobre, mas é parte da cidade. (Informação verbal obtida em entrevista realizada na comunidade Nossa Senhora do Carmo – Benevides, dezembro de 2021).

A distância não é um fator preocupante para os moradores, nem está inserida no conjunto dos maiores problemas relatados. Esse fator permite que a maioria dos entrevistados, como apresentado na tabela 6, acesse o centro urbano a pé ou por meio da bicicleta. Dentre os principais serviços utilizados quando esse movimento ocorre, está a procura por feiras e supermercados para a compra de alimentos.

**Tabela 6.** Nossa Senhora do Carmo. Meios de locomoção para o centro urbano do município e os serviços mais utilizados (fonte: elaboração própria a partir do que foi coletado em campo, 2021)

Meios de locomoção para o centro urbano do município	Quantidade de entrevistados	Serviços mais utilizados	Quantidade de entrevistados
<b>A pé</b>	7	Para alimentação (Feiras e supermercados)	11
<b>Bicicleta</b>	6	Lojas (roupas, móveis, utensílios e etc.)	7
<b>Mototáxi</b>	6	Para educação (escolas, faculdades, cursos e etc.)	2
<b>Ônibus</b>	3	Saúde (farmácias, posto de saúde, UPA e etc.)	2

O fator emprego não aparece entre os mais citados apenas nos motivos de locomoção para o centro urbano da cidade. Os entrevistados que possuem

empregos formais ou que participam do mercado informal, precisam se dirigir para outros municípios como Belém, Ananindeua, Santa Isabel e Castanhal ou realizam suas atividades dentro da própria ocupação, ou seja, o deslocamento por emprego ocorre, mas não em relação ao centro urbano benevidense. Portanto, os indivíduos que trabalham fora do município, enfrentam longas distâncias, todos os dias, no trajeto para outros municípios. Esse movimento gera diversas reclamações a respeito da linha do transporte público presente na área, cujo ponto inicial de embarque fica no conjunto habitacional em frente a comunidade.

Ainda com relação à localização da ocupação, um aspecto que contribui para a percepção positiva das entrevistas a esse respeito consiste na proximidade com a BR-316, que permite e facilita o acesso aos municípios da RMB e à Ilha de Mosqueiro. Essa constatação fica clara na fala de uma das entrevistadas:

O ônibus demora demais, pra sair e pra chegar na BR. Quem pega essa linha que vai pra Belém gasta quase uma hora e meia só pra sair aqui do centro, ele anda em todas ruas e ainda tá todo sucateado. A nossa vantagem aqui é que a BR é perto, dá pra ir andando e pegar um ônibus rápido, toda hora passa e ainda vai direto pra Belém, Ananindeua, Castanhal, qualquer lugar. (Informação verbal obtida em entrevista realizada na comunidade Nossa Senhora do Carmo – Benevides, dezembro de 2021).

A proximidade da ocupação em relação ao centro de Benevides e à BR-316 está entre os principais motivos citados pelos entrevistados para habitarem a ocupação. Além dessa, também citaram falta de moradia e questões familiares. A comunidade ainda foi descrita como um local agradável e sossegado graças a presença de pequenas áreas de mata ao redor e a baixa poluição da área.

Embora haja inúmeros empecilhos sociais e econômicos ineridos no cotidiano dos habitantes da comunidade Nossa Senhora do Carmo, o sentimento de pertencimento e inserção na cidade de Benevides não está ausente nos moradores. De modo geral, os moradores sentem-se acolhidos pelo próprio espaço no qual a ocupação está localizada. Muitos não gostariam de ir embora, mas querem que o local onde residem tenha melhorias e investimentos em infraestrutura.

O sentimento de exclusão parte muito mais da ausência de espaços de lazer e pavimentação, em razão de que existem promessas para o abastecimento de água encanada e os moradores contam com a esperança neste projeto que esteve por muitos anos paralisado, porém agora está entre os planos da nova gestão. A comunidade possui um poço, como mostra a figura 5, onde será feita a caixa d'água para o abastecimento das residências.





**Figura 5.** Nossa Senhora do Carmo. Poço do projeto de abastecimento de água (fonte: a autora, 2021)

A água tratada e encanada é uma das únicas reivindicações que começou a ser atendida pelo poder público e único projeto em andamento dentro da comunidade. As necessidades mais básicas relacionadas à saúde e à educação são recepcionadas pelo posto de saúde e pela creche que estão localizadas no conjunto habitacional e recebem os moradores das duas localidades. Essa dinâmica ameniza a carência acerca desses serviços, bem como a presença de diversas tabernas, padarias e pequenas feiras criadas no conjunto.

Como resposta dos moradores entrevistados para quais serviços e infraestruturas poderiam melhorar a qualidade de vida na comunidade, mostrou-se o desejo pela pavimentação de ruas e iluminação pública, uma vez que as ruas mais distantes da entrada principal sofrem com alagamentos constantes e são as que menos recebem ajustes na iluminação, o que impede os moradores de usufruir do espaço, principalmente no período noturno.

O estigma o qual os indivíduos estão sujeitos se trata de uma condição imposta, e não de vontade própria, porém, esta questão se tornou uma conformidade para os moradores, aparentando que o preconceito de outrem é algo banal para aqueles que habitam áreas de ocupação e assentamentos precarizados. Todas as características que compõem a forma de viver dos moradores da comunidade são formas que, na visão de alguns, estão associadas à violência, ao temor e à indiferença.

### **Considerações finais**

A comunidade Nossa Senhora do Carmo pertence às Zonas Especiais de Interesse Social 1 de Benevides, por se caracterizar como uma ocupação informal criada para fins habitacionais, bem como e estar agregada a uma área que possui objetivos voltados para a urbanização e a regularização jurídica da posse da terra. Para essa comunidade, projetos de complementação da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários não ocorreram devidamente em seus quinze anos de existência, fato que mostra as limitações

quanto à ação do poder público local na efetivação de serviços voltados tanto para regularização fundiária quanto para os serviços à comunidade.

As principais demandas comunitárias são evidentes pela precariedade visível dos aspectos urbanísticos e dos serviços mais básicos e que também foram frisados pelos próprios moradores durante as entrevistas.

A comunidade Nossa Senhora do Carmo é resultado da ação de um grupo social precariamente incluído na produção do espaço urbano e que participa desse processo a partir do momento em que constrói seu habitar de maneira improvisada, onde a falta de recursos contribui para a fragilização das residências.

Esse grupo social precariamente incluído participa da construção da cidade de Benevides, principalmente pela localização que a comunidade se encontra, em uma área intermediária entre o centro urbano e a zona rural, e que faz parte de um dos eixos pelos quais a cidade se expande e cresce em termos habitacionais e industriais.

O homem, ao produzir seu próprio espaço, produz, além de tudo, a consciência de si e dos desejos de consumir e viver o espaço urbano. Tais desejos são contraditórios às logicas capitalistas, mas não deixam de ser direitos que os indivíduos possuem: direitos à socialização e à cidade. Na verdade, a reprodução da vida e os desejos não se resumem às necessidades materiais, mas também abrangem a vida na cidade por meio de encontros urbanos cotidianos.

A comunidade Nossa Senhora do Carmo faz parte do meio urbano, principalmente por se tratar do bairro central. Isso, além das vias de circulação, facilita a dinâmica das relações urbanas entre os moradores e o consumo de alguns aspectos do meio urbano. Porém, os moradores não podem depender exclusivamente dos serviços presentes no centro urbano, eles necessitam de sua própria infraestrutura, de seus espaços de lazer e atividades.

No caso das demandas e reivindicações, a conquista de alguns serviços não pode ser considerada necessariamente como asseguarção do direito à cidade dos moradores, pois isso exigiria o atendimento de um conjunto amplo de demandas, serviços, infraestruturas, espaços públicos e, principalmente, oportunidades de inserção na vida urbana.

A partir da pesquisa e das análises expostas, é perceptível a característica de assentamento precário da comunidade Nossa Senhora do Carmo, dadas as condições, em primeiro lugar, a) do arruamento desordenado, sem pavimentação e que, devido ao terreno íngreme, é sujeito aos alagamentos em períodos de precipitação pluviométrica; b) o perfil residencial, que reflete a realidade socioeconômica dos moradores, bem como c) a falta de recursos para construção, uma vez que muitas residências foram construídas com madeira e lona, residências estas que, até então, não contam com o abastecimento de água e sistema de esgoto.

Os habitantes da comunidade não demonstram sentimentos de exclusão perante o restante da cidade, especialmente pelas vantagens de localização da ocupação. Porém a sensação de desfavorecimento perante o poder público é evidente diante de todas as reclamações e reivindicações relatadas. O estigma é algo que aparentemente foi aceito pelos moradores como uma consequência de se viver em uma área ocupada irregularmente. Preconceitos que, para eles,

não podem ser desvinculados da imagem dos moradores, no quadro da vida que hoje se apresenta a eles.

## Referências

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o “direito à cidade” de Henry Lefebvre In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Faleiros de Rafael (orgs.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ORG.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas municipais paraenses: Benevides**. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. 2016. Disponível em: [www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br). Acesso em: 23 de agosto de 2021.

HEIDRICH, A. L.; SOUZA, A. C.; TEIXEIRA, C. C.; RATHMANN, M. G.; AGUIAR, R. C. A ocupação irregular como estratégia de conquista da cidade: enfoque sobre os aspectos territoriais do problema em Porto Alegre. In: HEIDRICH, A. L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (orgs.). *Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 229-258.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades [online]**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/panorama>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades [online]**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/panorama>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

PMB – PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES. **Lei Municipal n.º 1.031/06, de 11 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o ordenamento territorial do município de Benevides, e dá outras providências - Plano Diretor Município de Benevides. Benevides, 2006.

RODRIGUES, Moysés Arlete. Desigualdades socioespaciais: A luta pelo direito à cidade. **Cidades**. Campinas. v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Daniel. **Brasil tem mais de 5,1 milhões de domicílios em situação precária**: aponta IBGE. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/19/brasil-tem-mais-de-51-milhoes-de-domicilios-em-situacao-precaria-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

SOUZA, Luciano Andrade de. **Produção do espaço em ocupações no município de Benevides/PA: Interfaces entre rural e urbano**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

SOUZA, Suliman Sady de; ALCÂNTARA, Romilson dos Santos; FILHO, Ernani Martins dos Santos. As redes geográficas e a periodização da formação territorial do município de Benevides – PA. **Anais do VII CGB**. Espírito Santo, 2014

---

<sup>i</sup> Os “grupos sociais excluídos”, de Corrêa (1989), agentes da produção do espaço urbano, são aceitos e incorporados nas análises desta pesquisa por conceituar os grupos que habitam os assentamentos precários e favelas construídas a partir de um processo de ocupação. Porém, a ressalva feita a partir desse conceito consiste na contradição pré-existente de se afirmar que um grupo é, ao mesmo tempo, um agente participante e excluído do mesmo processo. O questionamento surge pela natureza lógica de que esses grupos não são totalmente excluídos, mas incluídos sob a própria razão do modo capitalista. Nas análises de Martins (1997), esses grupos são considerados incluídos pelo ponto de vista econômico e de vários modos, mesmo que suas necessidades sociais e morais sejam precarizadas, por isso, a expressão “grupos sociais precariamente incluídos” terá predomínio ao se tratar de um grupo que modela o espaço urbano em condições precárias.